

REPRESENTAÇÕES SOCIAIS DA APOSENTADORIA: um estudo com docentes em uma instituição pública de ensino superior

CLÉVERSON VASCONCELOS DA NÓBREGA
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ (UFPI)

DIOGO HENRIQUE HELAL
UNIFBV-WYDEN

REPRESENTAÇÕES SOCIAIS DA APOSENTADORIA: um estudo com docentes em uma instituição pública de ensino superior

1. Introdução

Nas últimas décadas, tem se observado um crescente interesse da academia tanto estrangeira como nacional em relação à aposentadoria. No Brasil, especificamente, essa preocupação tem se intensificado em função do rápido aumento da população idosa, fruto da maior expectativa de vida e da redução das taxas de fecundidade alcançadas ao longo dos últimos 50 anos e do crescente *déficit* do sistema previdenciário, o qual desafia sua sustentabilidade a longo prazo (IPEA, 2018).

A complexidade do tema repousa em seu caráter ambíguo e contraditório, por estar associado, de um lado, a uma espécie de prêmio e reconhecimento pelo dever cumprido e de outro, à decadência, perda de identidade e vínculos sociais. Ressalte-se que os indivíduos sentem e reagem ao processo de aposentadoria de maneira muito particular, em função dos aspectos individuais, familiares, organizacionais e contextuais que os influenciam (FASBENDER; WANG; ZHAN, 2018; SILVERSTEIN; GIARRUSO, 2011; SZINOVACZ, 2003; 2013).

Denton e Spencer (2009) indicam haver oito maneiras distintas de caracterizar a aposentadoria, a partir de relatos de participantes em uma investigação. Outros estudos (DAMMAN, 2017; HELAL, NÓBREGA; LIMA, 2017) apontam que as diferentes lentes usadas para estudar aposentadoria, como, por exemplo, psicologia, demografia, administração, gerontologia, sociologia, levam à falta de concordância entre estudiosos sobre o fenômeno, e atestam seu *status* de campo amplo e interdisciplinar de estudo.

Para contribuir com o debate, este artigo objetiva analisar as representações sociais da aposentadoria com dois grupos de docentes, pré-aposentados e aposentados, pertencentes a uma instituição pública de ensino superior, que enfrentaram alguns dilemas advindos dessa etapa de transição.

O ambiente universitário tem se destacado como um terreno fértil para pesquisas sobre o tema na medida em que busca compreender a relação trabalho-aposentadoria entre docentes ativos e inativos, a partir da distinção de suas experiências durante essa etapa da vida (ALVES, 2016; BRESSAN, 2013; CARMO; MEDEIROS; LOEBEL, 2015; COLUSSI et al., 2014; DEBETIR, 2011; FERNANDES; MARRA; LARA, 2016; FIGUEIRA, et al, 2017; FÔLHA; NOVO, 2011; GODINHO; FERREIRA, 2017; JOGAIB; MUNIZ, 2015; LIMA; HELAL, 2018; SILVA; HELAL, 2017; SILVA et al., 2012). A escolha pelo contexto universitário federal é justificada em função de o maior contingente de servidores da União estar no Ministério da Educação (MEC) (BRASIL, 2019), e em razão da presença do produtivismo em tal ambiente (e.g. ROSA, 2008; SGUISSARD; SOUZA JÚNIOR, 2009; TREIN; RODRIGUES, 2010), o que seguramente particulariza o processo de aposentadoria, notadamente para os docentes.

Para responder ao objetivo do artigo, resgata-se a Teoria das Representações Sociais (TRS) (MOSCOVICI, 2013), oriunda da psicologia social e caracterizada por sua indissociabilidade entre o sujeito e o seu contexto social, particularmente relevante por valorizar o conhecimento espontâneo e favorecer a construção de uma realidade comum por meio do conhecimento elaborado e compartilhado socialmente (JODELET, 2001). Embora ainda se encontrem poucos trabalhos que utilizam a teoria para investigar aspectos relacionados à aposentadoria, já se percebe um aumento tanto quantitativo quanto qualitativo nos últimos anos no contexto nacional (AMARAL; TORRES, 2017; ARAÚJO; BELO; RESENDE, 2016; FIGUEIRA et al, 2017; MACÊDO; BENDASSOLLI; TORRES, 2017; MARTINS-SILVA et

al., 2016; TORRES et al., 2013; SILVA, 1999) e internacional (CHUYKOVA; POLKINA, 2013; ROLAND-LEVY; BERJOT, 2009).

2. O processo de aposentadoria

A aposentadoria sempre foi reconhecida como um momento marcante na vida do trabalhador e seu aspecto tradicional e estritamente cronológico ainda contribui para determinar quem é produtivo ou improdutivo. No entanto, essa representação, característica do trabalhador na sociedade ocidental, diretamente ligada às próprias representações do envelhecimento, cada vez mais vem sendo questionada por se entender que a aposentadoria não pode ser compreendida apenas como um momento de decisão pontual, mas sim como um processo (BEEHR, 1986; BEEHR; ADAMS, 2003; DAMMAN, 2017), a partir de uma perspectiva multidimensional (BEEHR; BENNETT, 2007; SILVERSTEIN; GIARRUSSO, 2011; SZINOVACZ, 2003; 2013; WANG; SCHULTZ, 2010). Por entender que a primeira visão, aposentadoria como decisão, é superficial e míope, não sendo capaz de explicar por completo esse fenômeno multifacetado, defende-se que a aposentadoria seja estudada e explicada enquanto um processo.

A literatura tem mostrado que os atributos individuais, os fatores familiares, organizacionais, sociais e contextuais interferem nesse processo (WANG, SCHULTZ, 2010), influenciando os indivíduos quanto ao “*timing*” da aposentadoria (FISHER; CHAFFEE; SONNEGA, 2016; BEEHR, 1986; FELDMAN; BEEHR, 2011; SHULTZ, WANG, 2011).

O planejamento para a aposentadoria se constitui na etapa em que o indivíduo busca informações que garantam uma decisão mais acertada, uma transição menos traumática e uma pós-aposentadoria mais satisfatória e com mais qualidade de vida. Não obstante, o que tem se percebido é que muitos indivíduos negligenciam esse importante passo e quando estão mais propensos a participarem de algum tipo de preparação formal, por meio de cursos, *workshops* ou palestras, apenas o fazem quando estão muito próximos à tomada de decisão (EKERDT; KOSLOSKI; DEVINEY, 2000). Para melhor compreender essa situação, foi desenvolvida a escala do processo de planejamento para aposentadoria (*Process of Retirement Planning Scale*) (NOONE; STEPHENS; ALPASS, 2010), recentemente adaptada para o contexto brasileiro por Rafalski e Andrade (2016), que representa um importante avanço para se conhecer mais sobre tal aspecto.

De maneira geral, alguns estudos têm demonstrado a existência de um pressuposto que estabelece que a transição à aposentadoria ocorre de forma menos impactante quando o indivíduo já é acostumado a lidar com momentos de transitoriedade em sua vida ou tem o trabalho como secundário. De forma contrária, quanto mais dependente do trabalho mais dificuldade o indivíduo terá para se adaptar à aposentadoria (FRANÇA et al, 2013; MACEDO; BENDASSOLLI; TORRES, 2017; SETTERSTEN, 1998; VAN SOLINGE, 2011; VAN SOLINGE; HENKENS, 2008; WANG; HENKENS, 2011).

A etapa de adaptação diz respeito aos ajustes (internos e externos) realizados pelos indivíduos para que possam melhorar sua qualidade de vida na pós-aposentadoria. Assim, as pesquisas que tratam dessa questão, ao se apropriar de algumas teorias (a teoria do papel, teoria da continuidade, teoria dos estágios, a perspectiva do curso da vida e a perspectiva dos recursos), voltam o olhar para descobrir, por exemplo, o impacto da aposentadoria na vida do indivíduo e os fatores que influenciam a qualidade de vida nessa condição (VAN SOLINGE;

HENKENS 2008; VAN SOLINGE, 2012; WANG; HENKENS; VAN SOLINGE, 2011; YEUNG, 2018).

A atividade remunerada após a aposentadoria (*bridge employment*) surge como resultado do comportamento mais ativo da população que envelhece e das mudanças organizacionais que impactam a natureza do trabalho. Assim, será cada vez mais comum presenciar situações em que o idoso, ainda dotado de vigor físico e mental, retorna ao trabalho ou investe em novos projetos (WEBER; SCHAPER, 2004).

As etapas aqui discutidas podem dar uma falsa impressão de que o processo de aposentadoria é simples e estritamente segmentado. Sua dinâmica revela, entretanto, que essa sequência pode ser estudada (e sentida pelos indivíduos) de várias maneiras, a exemplo de Feldman e Beehr (2011), que apontam para uma primeira etapa de avaliação imaginativa quanto a possibilidade de aposentar-se; a segunda, que avalia o momento certo de deixar o trabalho e uma última, que busca colocar em prática, no presente, os planos propriamente ditos para se aposentar.

3 Teoria das representações sociais e aposentadoria

Por ser reconhecida como uma teoria originária da psicologia social, a grande maioria dos grupos de pesquisa que investiga a Teoria das Representações Sociais (TRS) cadastrados na plataforma do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) e, conseqüentemente, os estudos destes, são provenientes das Ciências Humanas (62%), acompanhado das Ciências da Saúde (17%) e Ciências Sociais e Aplicadas (12%) (MARTINS; CARVALHO; ANTUNES-ROCHA, 2014). Foi há relativamente pouco tempo que a aplicação da teoria foi examinada nos estudos organizacionais, por meio de uma análise bibliométrica, cuja pesquisa diagnosticou sua subutilização pela administração (MARTINS-SILVA et al., 2016).

Não obstante, percebe-se que a teoria tem o potencial de valorizar a espontaneidade das experiências do cotidiano, na comunicação e nas práticas do dia a dia, por meio do conhecimento do senso comum dos sujeitos, os quais podem ser bastante úteis para explicar o caráter simbólico e algumas vezes latente da aposentadoria enquanto elemento chave da organização social do trabalho, seja por meio de imagens, crenças, valores, ideologias, estereótipos ou linguagens que auxiliam na formação e na (re)significação de sentidos em uma interação dialógica do psicológico com o social (MOSCOVICI, 2013).

Para tanto, a teoria se apoia em dois processos: ancoragem e objetivação; o primeiro diz respeito ao enraizamento social da representação, ou seja, agrega-se o desconhecido ao que já é conhecido, o não familiar ao familiar, o estranho ao que é natural, a partir da realidade social vivenciada, cuja função é a união cognitiva do objeto representado ao sistema de pensamento preexistente do indivíduo. O segundo refere-se ao processo de materialização de conceitos abstratos em realidades concretas, ou seja, transfere-se o que se encontra em nossa mente (ancorado) em algo que exista no mundo real, em que se pode ver, tocar e, conseqüentemente, controlar. Em resumo, enquanto a ancoragem é responsável por sua significação, a objetivação é responsável por criar a representação em si e, embora contraditórios, são complementares e determinantes para que se compreenda como as representações sociais funcionam (MOSCOVICI, 2013).

Uma das primeiras aproximações da TRS com a aposentadoria, aqui no Brasil, foi a pesquisa de Veloz, Nascimento-Schulze e Carmargo (1999), que, ao investigar as representações sociais do envelhecimento, identificou a aposentadoria como uma etapa que previa o início de um desengajamento social, provavelmente porque, ainda em meados da década de 1990, o aposentado, de maneira geral, era caracterizado como um sujeito desprovido de condições físicas para o trabalho, com perda de papéis sociais e por sua condição de vulnerabilidade enquanto idoso (DEBERT, 1996).

Silva (1999), ao entrevistar idosos aposentados, descobriu que, nessa etapa da vida, os sujeitos, em seu cotidiano, costumam ser avessos a algumas características presentes nas atividades laborais como a disciplina, a hierarquia e a rigidez, preferindo a liberdade, a flexibilidade e a autonomia. Ao mesmo tempo, foi apontado, no estudo, uma tentativa de se evitar uma total ruptura com o trabalho, buscando a manutenção de seus vínculos identitários e a valorização pelo sentimento de utilidade perante a sociedade.

Na mesma direção, o estudo de Graeff (2002), cujo objetivo foi verificar as especificidades relativas à condição de aposentado entre os idosos, entre 65 e 78 anos, residentes em Porto Alegre, mostrou o lado ambíguo e complexo da aposentadoria por meio dos consensos e dissensos das falas dos participantes em três núcleos figurativos. No primeiro deles (prêmio), os sujeitos a relacionam à recompensa pelo dever cumprido, como uma espécie de mérito pelos anos trabalhados, mas ao se referirem ao sistema de Previdência Social sentem-se injustiçados pela restrição do poder de compra à medida que o tempo passa. Com relação ao segundo núcleo (férias), a aposentadoria é percebida como a ausência de rotina diária e a capacidade que os indivíduos possuem de fazer atividades que antes não dispunham de tempo, o que é visto como algo positivo para alguns. Essa “lua-de-mel”, no entanto, para outros, parece se esvaír aos poucos, transformando-se em uma vida monótona, marcada pela ociosidade e pela falta da ocupação laboral. Quanto ao último núcleo (segunda vida), outra imprecisão emerge na pesquisa com a aposentadoria representada como um fim – morte produtiva e social - ou um recomeço – alternativas de trabalho ou *hobby*, o que mais tarde foi confirmada em outra investigação com um grupo de funcionários de uma instituição de ensino superior (IES) (BEGGER; DERNTL, 2005).

O caráter contraditório do tema pôde ser também encontrado nos relatos de nove docentes aposentadas da área de enfermagem de uma IES pública do sul do país, cuja pesquisa procurou analisar como as RS da aposentadoria são configuradas pelos participantes (LIBERATTI et al, 2015). Na ocasião, o estudo indicou que essa etapa da vida era representada como “uma oportunidade de fazer o que gosta, de aprender coisas novas, de viajar, de melhorar os relacionamentos interpessoais, de sentimentos de liberdade e de missão cumprida. Porém, representou também sentimento de frustração e decepção pela falta de reconhecimento pelo que desenvolveram no tempo que estiveram no exercício da docência” (LIBERATTI et al, 2015, p.9699).

Entre os estudos mais recentes sobre RS e aposentadoria encontra-se o de Figueira et al., (2017), com 16 pré-aposentados (3 em cargos administrativos e 13 docentes). Tal pesquisa revelou que a decisão de se aposentar é influenciada tanto pelas relações familiares quanto pelas laborais, que se fortalecem quando o pré-aposentado não possui projetos de vida pós-carreira previamente estabelecidos. Os resultados deste estudo indicaram que, além de estarem mais susceptíveis a persuasão daqueles que estão mais próximos no seu dia a dia, ficam mais propícios à perda da auto estima, ao isolamento social e problemas de saúde devido ao rompimento abrupto com o trabalho.

Outra pesquisa realizada com pré-aposentados, desta vez com 20 docentes em duas universidades federais do nordeste do Brasil, não apontou para diferenças significativas em suas representações sociais (AMARAL; TORRES, 2017). Identificou que elas se associam à aposentadoria como uma etapa nova da vida, ao tempo maior dedicado a família, à preocupação com o envelhecimento e à oportunidade de viagens e lazer. Embora, no geral, tenham sido positivas, demonstrou também que a satisfação com o trabalho, o receio em relação às mudanças nas regras da previdência social e à própria vida, estimulam o adiamento desse importante momento da vida.

Em uma investigação mais abrangente com 283 servidores públicos federais (103 docentes e 180 técnico-administrativos) ativos com direito à aposentadoria ou há menos de cinco anos do tempo previsto, Macêdo, Bendassolli e Torres (2017) encontraram múltiplos significados em relação à aposentadoria, como o direito do trabalhador, o descanso merecido, a ociosidade, a nova etapa de vida e o tempo para usufruir. Seu estudo traz duas importantes contribuições: a confirmação de achados de pesquisas anteriores realizadas com amostras menores e a menor importância que tem sido dada pelos participantes, em termos do fator econômico ao binômio indivíduo-trabalho, em substituição aos aspectos mais subjetivos envolvidos na decisão pela aposentadoria.

4. Procedimentos metodológicos

Este artigo tem como objetivo discutir sobre os dilemas advindos do processo de transição para a aposentadoria em uma Instituição de Ensino Superior (IES) enfrentados por docentes pré-aposentados (em abono de permanência, isto é, que recebem o incentivo pago ao servidor que já preencheu todos os requisitos para se aposentar mas permanece na ativa) e aposentados. A pesquisa, de natureza exploratória e descritiva, foi orientada pela abordagem qualitativa, uma vez que sua característica valoriza as opiniões, crenças, atitudes, pensamentos e experiências em relação ao fenômeno estudado e, assim, aprofunda a compreensão do grupo social, em detrimento dos métodos tradicionais, ou seja, funcionalistas e/ou quantitativos (FLICK, 2009).

A coleta de dados ocorreu em 2017, durou 5 meses e foi realizada nas dependências da própria instituição, exceto em uma única oportunidade, em que uma entrevistada aposentada, por questão de comodidade, preferiu sua residência. A idade dos docentes pré-aposentados variou de 58 a 68 anos, sendo 3 do sexo masculino e 5 do sexo feminino e média de 30,75 anos de dedicação à universidade. Todos se declararam casados, adquiriram o abono pecuniário entre 2003 e 2014 e situavam-se na carreira docente, à época, entre os níveis Adjunto III e Titular. Já os docentes aposentados (4 do sexo masculino e 4 do sexo feminino) eram em sua maioria casados, boa parte estava aposentada como adjunto IV, passaram, em média, 25 anos na instituição e pelo menos metade deles pediu aposentadoria nos anos 1990.

Para explorar o fenômeno, foram selecionados, por acessibilidade, 16 participantes, sendo 8 em cada grupo, pertencentes ao Centro de Ciências Sociais e Aplicadas (CCSA), Centro de Ciências Exatas e da Natureza (CCEN), Centro de Ciências da Saúde (CCS), Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes (CCHLA) e Centro de Educação (CE), a partir da técnica conhecida por “bola de neve”, que pode ser considerada útil para pesquisar grupos difíceis de serem acessados ou estudados (VINUTO, 2014). Embora se reconheça suas limitações, constituiu-se em uma técnica adequada para a pesquisa, tendo em vista a dificuldade de contato com os sujeitos, especialmente, em relação aos docentes aposentados.

As entrevistas semiestruturadas seguiram um roteiro que buscou descobrir, primordialmente, as experiências, reflexões, crenças e atitudes advindos do processo de transição para a aposentadoria, levando em consideração os aspectos micro (individuais) e meso (familiares e organizacionais). Todas as entrevistas foram autorizadas pela assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) e gravadas mediante um aplicativo de *smartphone*, cujo áudio foi captado no formato .mp3.

O tratamento dos dados foi constituído da i) escuta das entrevistas; ii) transcrição; iii) leitura do material proveniente do campo; iv) organização das reflexões dos pesquisadores; v) seleção dos trechos considerados relevantes e vi) processo de codificação. Parte dessas etapas foi auxiliada pela utilização do *software* Atlas.ti, versão 6.2, classificado como um programa de apoio a análise qualitativa, cuja finalidade principal foi buscar, categorizar, organizar e registrar as interpretações (BANDEIRA-DE-MELLO, 2006; FRIESE, 2014). Nessa etapa, a unidade hermenêutica (UH), denominada de Representações Sociais da Aposentadoria, abrigou 2 documentos primários (P-docs) p1 - docentes aposentados e p2 - docentes em abono, além de citações (*quotes*), códigos (*codes*), notas de análise (*memos*) e comentários dos pesquisadores (*comments*) que auxiliaram as reflexões na etapa de análise de conteúdo temática seguinte (NATT; CARRIERI, 2014).

Com relação a esta, os depoimentos trouxeram à tona representações sociais dispostas em 3 núcleos figurativos – o aspecto financeiro, a centralidade do trabalho e o desejo de continuar contribuindo e a despreparação para a aposentadoria – provenientes dos níveis de análise micro e meso, indicadas pela literatura (SZINOVACZ, 2003, 2013; SILVERSTEIN; GIARRUSO, 2011). A análise dos relatos, em associação com o marco teórico, permitiu aos pesquisadores contemplar os anseios e os motivos que levaram docentes na ativa, já aptos a se aposentarem, a continuarem trabalhando e ex-docentes, a reingressarem na universidade para desempenhar atividades diversas na condição de voluntários.

5. Análise e discussão dos resultados

De maneira geral, a aposentadoria sempre foi vista como um momento marcante e desafiador na vida do trabalhador. Como um divisor de águas, punha fim aos longos anos de trabalho para institucionalizar uma etapa em que muitos ainda relacionam, exclusivamente, à decadência física e cognitiva, coincidindo com as próprias representações sociais do envelhecimento.

Não obstante, o processo de aposentadoria vem passando por diversas transformações, motivo pelo qual diversos autores comentam sobre a necessidade de se repensá-la (COLLINS, 2003; LORETTO; LAIN; VICKERSTAFF, 2013; MCVITTIE; GOODALL, 2012; SARGENT et al., 2013). Ao seguir essa perspectiva, resgata-se essa nova visão da aposentadoria apontada por docentes e ex-docentes que vivenciaram à época da pesquisa, respectivamente, a etapa anterior e posterior à decisão.

O aspecto financeiro (abono pecuniário e outras possibilidades de retorno)

A decisão dos indivíduos de permanecer trabalhando ou se aposentar está associada, entre outros aspectos, às condições financeiras alcançadas por eles ao longo da trajetória de vida, sendo esta escolha baseada na teoria racional (WANG; SCHULTZ, 2010). O relato de um docente aposentado, a seguir, revela que o abono pecuniário, em certa medida, se constitui em uma motivação econômica para continuar na universidade e permitir a manutenção do salário, embora este não possa ser considerado como o único fator determinante para tal justificativa.

De maneira geral, esse achado se aproxima dos resultados de Cruz (2011) que, ao realizar uma pesquisa com servidores públicos federais, identificou que, de maneira semelhante, os sujeitos retardaram o pedido de aposentadoria em virtude dos benefícios econômicos associados ao cargo.

A influência financeira ainda pesa. Conheço pessoas que fazem a conta, na hora de me aposentar eu vou perder tanto de abono pecuniário e eu tenho uma gratificação que eu então levo pra aposentadoria, então dá tanto. Não, eu vou segurar um pouco mais. Conheço pessoas que ficam por conta disso (Professora aposentada, 61 anos).

Por outro lado, para um conjunto de docentes que recebe o abono pecuniário, o fator financeiro é secundário. Segundo os depoimentos de três docentes em abono, a possibilidade de reingressar no mercado de trabalho, após se aposentarem, pode trazer maiores benefícios financeiros do que o recebimento dessa gratificação, não sendo essa a principal razão de continuarem na ativa. Tais opiniões demonstram que a aposentadoria não é representada socialmente como um fim para esses sujeitos pré-aposentados e confirmam a declaração de França et al (2013), quando destacam que muitos indivíduos, ao optarem pela ruptura com o trabalho formal, ao qual sempre estiveram ligados, decidem pela volta ao mercado com o benefício de poder ajustar gradativamente a sua retirada do trabalho (*bridge employment*), facilitando a adaptação à aposentadoria e fornecendo-lhes um renda extra.

Você saindo, você teria mais possibilidades de inserção produtivas até superiores a esse abono (Professor em abono, 68 anos).

Eu acredito na minha capacidade de envolvimento, eu tenho um domínio pelas coisas, eu sei gerenciar, eu sei liderar equipes, eu sempre tive esse prazer de me envolver com equipes, então eu não tenho receio não, eu já disse isso mais de uma vez, se eu pensar em me aposentar, eu me aposento com a maior tranquilidade do mundo (Professor em abono, 62 anos).

Eu não vou negar que a gratificação é importante ne, o abono de permanência ne, mas o abono de permanência é pequeno ne, digamos assim, se eu arranjasse pra dar aula por aí, talvez eu ganhasse mais do que isso ne, mas aí entra uma outra história, eu não gosto da ideia do ensino privado, eu acho que o princípio é de que a educação deve ser pública (Professor em abono, 65 anos).

Esses relatos vão na direção dos resultados de Macêdo, Bendassolli e Torres (2017), cuja pesquisa mais recente aponta para o envolvimento de questões subjetivas em detrimento do fator financeiro durante a decisão pela aposentadoria, levando-nos a supor que isso ocorre em função dos docentes, já próximos do final de carreira, ter adquirido estabilidade suficiente para não depender do valor do abono pecuniário.

A centralidade do trabalho e o desejo de continuar contribuindo

Como visto anteriormente, na sociedade contemporânea, o trabalho assume um lugar de destaque na vida das pessoas ao ponto de estar relacionado intimamente às suas próprias identidades ao criar laços de dependência (FÔLHA; NOVO, 2011; FRANÇA; SOARES, 2009; LIMA; MELO; ALBUQUERQUE, 2015). Esse papel quase indissociável, que no caso da presente investigação se deu pelo vínculo de décadas de trabalho dedicadas ao ambiente universitário, foi simbolizado por dois docentes pré-aposentados como sinônimo de orgulho e parte de uma realização pessoal, fato que faz um deles relatar que repensar sua saída.

Olhe, pra mim representa todo a minha vida profissional [...] Quando eu penso que vou sair da universidade, que eu vou sair de uma sala de aula, que eu não vou ter mais esse espaço, eu não tenho vontade de me aposentar (Professora em abono, 60 anos).

Como professor é uma realização pessoal (Professor em abono, 62 anos).

Pode-se perceber ainda que o desejo de continuidade de uma professora que está na ativa é representado pelo medo de se sentir ociosa e cair em uma depressão durante a aposentadoria, motivo pelo qual a faz revelar que, antes de qualquer atitude envolvendo essa decisão, deve se planejar adequadamente para essa nova etapa da vida. Cabe destacar, no entanto, que uma preparação adequada leva tempo e exige do pré-aposentado a predisposição para que hábitos e rotinas cultivadas durante a fase ativa sejam alterados. Por esta razão, Wang, Henkens e van Solinge (2011) estabelecem que aqueles indivíduos que têm o trabalho como central em suas vidas manifestam maior dificuldade para se adaptarem à aposentadoria do que aqueles que não apresentam tal dependência.

[...] sem o trabalho eu me sentiria ociosa, se eu ficasse sem trabalho, com certeza eu entraria numa depressão, eu precisava planejar muito bem a minha vida pra dizer que hoje eu não quero mais trabalhar. Eu iria ficar, sabe, do jeito que eu sou destemida, mas eu ainda não quis parar para fazer esse planejamento, então pelo fato de ainda não ter feito esse planejamento na minha vida, eu não quero galgar uma aposentadoria sem esse planejamento (Professora em abono, 61 anos).

Em outras transcrições, percebe-se duas situações distintas. Na primeira, o sentimento de comoção e lamento por um dia ter que deixar de fazer aquilo que lhe dá prazer, mesmo tendo a convicção de que ainda pode contribuir com a Academia e na segunda, a intenção clara de ter disposição e vontade de continuar trabalhando mesmo após a decisão de se aposentar, o que é simbolizado como vestir pijama.

Eu ainda tenho tanto pra contribuir, sabe, porque eu gosto do que faço. Se eu não fosse apaixonada pelo que faço, não é isso agora aqui no departamento ou na sala, é esse universo acadêmico que é ter a universidade impregnada na minha pele. Eu adoro essa vivência” (Professora em abono, 61 anos).

Então, eu penso que eu não vou parar não, eu tenho muito ainda pra fazer [...] Eu não vou vestir pijama, eu sei que eu não vou ficar quieto (Professor em abono, 62 anos).

A intenção de permanecer de alguma forma vinculado à universidade e “aposentar a aposentadoria” aparece também em alguns depoimentos de ex-docentes, especialmente na condição de voluntários. Em um deles, declara estar passando por um momento da vida em que se vê com mais experiência e, portanto, com mais condições intelectuais de contribuir com a instituição. Relata, porém, uma certa percepção de distância, por parte dos colegas. Esse sentimento de falta de apoio e descarte, típico de trabalhadores aposentados na sociedade ocidental capitalista, abre uma reflexão no sentido de sugerir a Pró-Reitoria de Gestão de Pessoas a extensão do acompanhamento que já é feito aos servidores pré-aposentados, quando da participação do curso de preparação para a aposentadoria, para os aposentados, no sentido de reaproximar-los da instituição da qual fazem parte da história.

É neste momento agora que eu deveria estar na universidade, porque é exatamente agora que eu tenho mais conhecimento da coisa. É neste momento aqui que eu acho que a universidade deveria dar um maior apoio a gente, por que? Pela experiência que nós temos, mas parece que à medida que nós vamos com a idade mais avançada,

não é que a gente vai perder o nosso conhecimento, porque ainda hoje eu leio, eu escrevo, quase tudo, mas não tem o apoio que devia ter da universidade (Professor aposentado, 74 anos)

Essa possibilidade de alternativa foi verificada na entrevista de um docente aposentado que no momento da coleta de dados havia reingressado à instituição como voluntário para auxiliar a condução de uma pesquisa, mas reconhece que são poucos os que tem essa intenção.

[...] aqui tem alguns docentes que, certamente, vão fazer coisa parecida. São poucos eu diria, nem 2% dos docentes, de um modo geral. Tem que ser aqueles docentes que realmente se consideram cientistas. [...] Eu podia tá nas universidades privadas pra ganhar dinheiro, mas eu não vou, porque o meu problema não é ganhar dinheiro, o meu problema é fazer pesquisa científica e numa universidade privada você não faz pesquisa científica (Professor aposentado, 71 anos)

Esse achado coincide com os resultados de um estudo recente desenvolvido na Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) que buscou compreender o significado do trabalho docente e a sua relação com a permanência no exercício profissional após a aposentadoria via trabalho voluntário (KRAWULSKI et al., 2017). Na ocasião, verificou-se que a continuidade do exercício profissional docente se configura como forma de manter a rotina acadêmica mas, também, servir como uma espécie de estratégia de transição (*bridge employment*) em direção à desvinculação total das atividades desenvolvidas.

A centralidade do trabalho na Universidade é particularizada com a ênfase no produtivismo acadêmico. Um dos professores aposentados relatou, além da dificuldade de se desligar da universidade, várias atividades associadas à produção acadêmica:

Eu tô trabalhando nisso, nesse próximo ano vai sair mais um livro com certeza. Eu não posso sair, isso é um desafio. Além disso a gente tem um banco de dados de análise de conjuntura, a gente publica semanalmente nesse jornal que é uma coluna análise e conjuntura econômica. Essa coluna é um produzida pelo projeto. Eu escrevo, tem alguns alunos que escrevem também, a gente vai fazendo um rodízio . [...] Eu já trabalhei aqui em EaD, dei 4 cursos de administração pública. Aprendi a trabalhar com a plataforma moodle. Portanto a gente vai andar por aí, tem muita coisa pra fazer, além de escrever as minhas memórias (Professor aposentado, 77 anos)

Rosa (2008) alerta a necessidade de se olhar para a produção acadêmica a partir de uma perspectiva da qualidade da produção e não se sua quantidade: “Olhar os números sem compreender a dimensão qualitativa que há por trás pode ser um caminho perigoso rumo à lógica da produção pela produção, apenas para atingir índices, pois disso nada fica, nada se aproveita” (ROSA, 2008, p.114). Sguissardi e Silva Júnior (2009), por sua vez, alertam para um paradoxo, advindo do produtivismo acadêmico. Para os autores, por “vontade própria”, o professor, buscando atingir as metas de produção científica, intensifica seu trabalho. Paradoxalmente, a universidade, que “deveria ser o lugar privilegiado da desalienação” (SGUISSARD; SOUZA JÚNIOR, 2009, p. 264), promove o contrário, com base no pragmatismo e na busca alienante por resultados quantitativos.

Acredita-se, assim, que o contexto de produtivismo acadêmico se associa fortemente à centralidade do trabalho, tornando o processo de aposentadoria particularmente difícil para a categoria docente.

A despreparação para a aposentadoria como uma justificativa para continuar na ativa

Embora para algumas pessoas a chegada da aposentadoria seja, simbolicamente, um prêmio pelo dever cumprido, para outras é sinônimo de incertezas e preocupação, motivo pelo qual procuram ao máximo retardar esse momento. Verificou-se, na pesquisa, que uma das formas observadas de postergar sua chegada é, simplesmente, evitando se planejar adequadamente para este fim. Trata-se, ao nosso ver, de uma estratégia de defesa, ou seja, uma maneira de tentar evitar aquilo que não se deseja. Assim, para essas pessoas, a aposentadoria é representada socialmente como algo indesejado.

Se você me perguntar o que é que eu estou fazendo para me aposentar, eu digo que por enquanto nada, estou pensando. Certamente será um momento difícil de transição, a gente correu a vida toda numa direção, aí de repente vai ter que, de alguma forma, parar essa trajetória (Professor em abono, 68 anos).

Essa é uma situação que nos faz refletir acerca da individualização do processo de aposentadoria, isentando a instituição desse processo (FRANÇA; STEPANSKY, 2012; MURTA; LEANDRO-FRANÇA; SEIDL, 2014; PAZZIM; PUGA, 2016). Semelhante ao que Debert (2012) denomina de “reprivatização da velhice”, a preparação para a aposentadoria parece estar unicamente vinculada a uma responsabilidade individual em relação ao prolongamento da vida em detrimento de responsabilidade institucional. O “silêncio” nas entrevistas, quanto ao papel exercido pela instituição no processo de preparação para a aposentadoria, sugere que as políticas organizacionais adotadas para sua execução sejam insuficientes e não estejam surtindo o efeito esperado.

Por fim, na percepção de uma docente aposentada, o motivo que leva alguns colegas do departamento a continuarem na ativa é a falta de construção de alternativas para além do ambiente universitário pelo próprio indivíduo.

Conheço esses (docentes) do meu departamento que realmente não queriam sair porque se sentem parte daquilo e não conseguem construir uma outra alternativa, porque você pode se sentir parte daquilo, mas pode construir uma alternativa e ser parte de outras, mas eu interpreto assim, pessoas que não conseguem criar outra alternativa profissional (Professora aposentada, 61 anos)

Supõe-se assim que essa fragilidade ocorra não só pela dificuldade de inserção no mercado de trabalho após uma determinada idade, a depender da área de atuação, mas também pelos fortes vínculos construídos dos quais se sentem parte integrante.

Considerações finais

O objetivo desta investigação foi discutir sobre as representações sociais do processo de aposentadoria entre dois grupos de docentes, pré-aposentados e aposentados, que passaram por alguns os dilemas durante o processo de aposentadoria em uma instituição pública de ensino superior localizada no Nordeste brasileiro. Justificou-se pelo importante momento pelo qual passa o Brasil, ou seja, a transição da sua estrutura etária, que traz como consequência o envelhecimento de sua sociedade e as discussões que apontam para mais uma Reforma da Previdência que, entre outros pontos, visa ao aumento da idade mínima do trabalhador para se aposentar, como forma de acompanhar a reestruturação demográfica e minimizar o *déficit* previdenciário.

Para explorar o fenômeno, foram elencados três núcleos figurativos – o aspecto financeiro, a centralidade do trabalho e o desejo de continuar contribuindo e a despreparação

para a aposentadoria – cujos depoimentos suscitaram representações heterogêneas. No primeiro, observou-se que embora seja relevante, o abono de permanência não é o principal determinante para que os docentes permaneçam na universidade. Os entrevistados, de maneira geral, percebem que até poderiam obter alternativas financeiras superiores além desse ambiente, mas o prazer pela educação e os longos anos de dedicação à instituição limitam o interesse pela aposentadoria. Supostamente por este motivo, mostram-se desinteressados quando o assunto é a preparação para a aposentadoria.

Por outro lado, foi também relatado em um depoimento que o desejo de continuidade é reforçado não apenas pela dependência do abono mas, em algumas situações, receio de assumir outros desafios, fato este que deve ser observado com cuidado pela instituição, pois tais indivíduos, possivelmente, sentirão mais duramente os efeitos da mudança de *status*.

Mesmo entre alguns docentes aposentados, a universidade ainda se faz presente, seja na condição de voluntários, seja na condição daqueles que ainda desejam voltar a ter algum tipo de atividade, pois mesmo já tendo feito muito pela instituição, ainda se sentem dispostos a produzir. Com relação a estes últimos, confessam que as dificuldades de reingresso e, em alguns momentos “esquecimento” por parte da instituição, lhes dão um sentimento de serem descartáveis.

Ao investigar o tema, percebe-se que a grande maioria das pesquisas encontradas nos principais periódicos e congressos científicos das ciências humanas e sociais, a exemplo desta, possui como *locus* instituições públicas, especialmente, as universidades (ALVES, 2016; AMARAL et al, 2017; CARMO; MEDEIROS; LOEBEL, 2015; FERNANDES; MARRA; LARA, 2016; FIGUEIRA, et al, 2017; GODINHO; FERREIRA, 2017; JOGAIB; MUNIZ, 2015; LIMA; HELAL, 2018; SILVA; HELAL, 2017). Não obstante, considera-se ainda que pouca atenção tem sido dada a investigações com interesse às representações sociais da aposentadoria envolvendo os trabalhadores do setor privado, cujas organizações configuram-se de maneira diferenciada, sendo esta, portanto, uma importante lacuna ainda a ser preenchida.

Com o debate sobre a reforma da previdência no país, certamente novos dilemas surgirão entre os indivíduos e as organizações exigindo uma resposta da Administração, enquanto ciência social e aplicada. Se pensarmos que a sociedade brasileira ainda se apresenta como “madura” e caminha para um estágio mais avançado de envelhecimento nas próximas décadas, verifica-se que alguns desses desafios aqui discutidos, que atualmente já se apresentam como complexos, mais tarde tornar-se-ão de difícil solução.

Referências

- ALVES, F. W. R. Aposentadoria: o novo começo, expectativa e realidade. Uma análise com servidores técnicos-administrativos da UFG. 2016. 140 f. **Dissertação** (Mestrado em Sociologia) – Faculdade de Ciências Sociais, Universidade Federal de Goiás, Goiânia. 2016.
- AMARAL, L. B. C.; TORRES, T. L. Representação social da aposentadoria para professores universitários. **Psicologia e Saber Social**, v. 6, n. 2, 130-145, 2017.
- AMARAL, T. N. G. F. et al. Aposentar-se ou continuar trabalhando? Decisão difícil para servidores públicos. In: XVII Colóquio Internacional de Gestão Universitária, **Anais...** Mar del Plata, 22 a 24 de novembro de 2017.
- ARAÚJO, J. L.; BELO, R. P.; RESENDE, J. W. R. Trabalho e envelhecimento na contemporaneidade: uma análise acerca da representação social da aposentadoria. **Perspectivas em Psicologia**. v.20, n.1, p. 120-144, jan.-jul., 2016.

ATLAS.ti. Atlas-ti® 7.0 User Manual: use guide and reference. Acesso em: 20 janeiro de 2016. Disponível em: < https://atlasti.com/wp-content/uploads/2014/05/atlasti_v7_manual_201312.pdf?q=/uploads/media/atlasti_v7_manual_201312.pdf>

BANDEIRA-DE-MELO, R. Software em pesquisa qualitativa. In: GODOI, C. K.; BANDEIRA-DE-MELO, R.; SILVA, A. B. (Orgs.). **Pesquisa qualitativa em estudos organizacionais: paradigmas, estratégias e métodos**. São Paulo: Saraiva, 2006.

BEEHR, T. A. The process of retirement: a review and recommendations for future investigation. **Personnel Psychology**, 39, 31-56, 1986.

BEEHR, T. A.; ADAMS, G. A. Introduction and overview of current research and thinking about retirement. In: ADAMS, G. A.; BEEHR, T. A. (Eds.), **Retirement research: reasons, processes and results** (p. 1-5). New York: Springer, 2003.

BEEHR, T.; BENNETT, M. Examining Retirement from a Multi-level Perspective. In SHULTZ, K. S.; ADAMS, G. A. (Eds.), **Aging and work in the 21st century**. Mahwah NJ: Lawrence Erlbaum Associates, 2007.

BEGER, M. L. M.; DERNTL, A. M. Aposentados e livres... mas para quê? Os trabalhadores e a representação social da aposentadoria e do projeto de vida pessoal. **Revista Kairós Gerontologia**, São Paulo, v. 8, n.2, p. 1-301, 2005

BRASIL. Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão. Painel Estatístico de Pessoal. Disponível em: <<http://painel.pep.planejamento.gov.br/QvAJAXZfc/opendoc.htm?document=painelpep.qvw&lang=en-US&host=Local&anonymous=true>> Acesso em: 10.jul.2019.

BRESSAN, M. *et al.* Bem-estar na aposentadoria: o que isto significa para os servidores públicos federais? **Revista Brasileira de Geriatria e Gerontologia**, v.16, n.2, p.259-72, 2013.

COLLINS, G. A. Rethinking Retirement in the Context of an Aging Workforce. **Journal of Career Development**, v. 30, n.2, p.145-157, 2003.

CARMO, E.; MEDEIROS; C. R. O.; LOEBEL, E. Novatos motivados e veteranos acomodados: representações sociais de técnicos-administrativos sobre atuação no trabalho. **Revista de Carreira e Pessoas**. v. v, n.3, 2015.

CHUYKOVA, T. S.; POLKINA, T. M. Social representations of retirement: cross-cultural comparison. **Social Psychology and Society**, n. 3, p. 89-102, 2012.

COLUSSI, E. L. et al. Docentes universitários e aposentadoria: uma experiência de velhice bem-sucedida? **Pajar**, v.2, n.2, p.67-74, 2014.

CRUZ, M. A. G. Adiado a aposentadoria: um estudo sobre os fatores que levam servidores federais a adiar a aposentadoria em uma instituição de pesquisa (**Dissertação de Mestrado**). Programa de Pós-graduação em Administração, Universidade de Taubaté, SP., 2011. Acesso em: 12.nov.2015. Disponível em: <<http://mtc-m19.sid.inpe.br/col/sid.inpe.br/mtc-m19/2011/05.02.13.44/doc/publicacao.pdf>>

DAMMAN, M. Understanding Retirement Processes: The Role of Life Histories. E. Parry, J. McCarthy (eds.), **The Palgrave Handbook of Age Diversity and Work**, Palgrave Macmillan UK, 2017.

DEBERT, G. G. As representações sociais (estereótipos) do papel do idoso na sociedade atual. In: Ministério da Previdência e Assistência Social (Org.). **Anais do I Seminário Internacional**. Envelhecimento populacional: uma agenda para final de século. Brasília, DF, 1996.

DEBETIR, E. Aposentadoria: Oportunidade de Realizar Projetos e/ou Momento de Crise? Um Estudo com Servidores da Universidade Federal de Santa Catarina. In: EnGPR, 3, 2011, João Pessoa. **Anais...** João Pessoa: ANPAD, 2011.

DENTON, F. T.; SPENCER, B. G. What is retirement? A review and assessment of alternative concepts and measures. **Canadian Journal on Aging**, v. 28, n.1, p.63–76, 2009.

EKERDT, D. J.; KOSLOSKI, K.; DEVINEY, S. The normative anticipation of retirement by older workers. **Research on Aging**, v.22, n.1, p.3-22, 2000.

FASBENDER, U.; WANG, M.; ZHAN, Y. In: PODSAKOFF, P. M.; MACKENZIE, S. B.; PODSAKOFF, N. P. (Eds.). Prosocial Behavior in Retirement. **The Oxford Handbook of Organizational Citizenship Behavior**, Oxford University Press: New York, 2018.

FELDMAN, D. C.; BEEHR, T. A. A Three-Phase Model of Retirement Decision Making. **American Psychologist**. Advance online publication, p.1-11, 2011.

FERNANDES, P. C. M.; MARRA, A. V.; LARA, S. M. Metamorfoses identitárias na pré-aposentadoria de servidores públicos. **Revista de Carreiras e Pessoas**, v. 6, n. 1, p. 86-99, 2016.

FIGUEIRA, D. A. M. et al. A tomada de decisão da aposentadoria influenciada pelas relações familiares e laborais. **Revista Brasileira de Geriatria e Gerontologia**. v. 20, n. 2, p. 206-213, 2017.

FISCHER, G. G.; CHAFFEE, D. S. SONNEGA, A. Retirement Timing: A Review and Recommendations for Future Research. **Work, Aging and Retirement**, v. 2, n. 2, p. 230–261, 2016.

FLICK, U. **Introdução à Pesquisa Qualitativa**. Porto Alegre: Artmed, 2009.

FÔLHA, F. A. S.; NOVO, L. F. Aposentadoria: significações e dificuldades no período de transição a essa nova etapa da vida. In: **XI Colóquio Internacional sobre Gestão Universitária na América do Sul**, II Congresso Internacional IGLU, Florianópolis: Instituto de Pesquisas e Estudos em Administração Universitária, 2011.

FRANÇA, L. H. F. P et al. Aposentar-se ou continuar trabalhando? O que influencia essa decisão? **Psicologia: Ciência e Profissão**, v.33, n.3, p. 548-563, 2013.

FRANÇA, L. H. F. P; SOARES, D. H. P. Preparação para a aposentadoria como parte da educação ao longo da vida. **Psicologia: ciência e profissão**, v.29, n.4, p.738-751, 2009.

FRANÇA, L. Envelhecimento dos trabalhadores nas organizações: estamos preparados? In L. FRANÇA, L.; STEPANSKY, D. (Orgs.), **Propostas multidisciplinares para o bem-estar na aposentadoria**. Rio de Janeiro: Quarter/FAPERJ.

FRIESE, S. **Qualitative Data Analyse with ATLAS.ti**. 2nd edition. Sage: Los Angeles/London/New Delhi/Singapore/Washington, 2014.

GODINHO, M. R.; FERREIRA, A. P. Aposentadoria no contexto de Reforma Previdenciária: análise descritiva em uma instituição de ensino superior. **Saúde em Debate**, v. 41, n. 115, p. 1007-1019, 2017.

GRAEFF, L. Representações Sociais da Aposentadoria. **Textos sobre Envelhecimento**, v.4, n.7, Rio de Janeiro, 2002.

HELAL, D. H.; NÓBREGA, C. V.; LIMA, T. A. P. Sobre aposentadoria: perspectivas e desafios para os trabalhadores e para a Gestão de Pessoas. In: **XX SEMEAd**, 2017, São Paulo. Anais... XX Seminários em Administração, 2017.

IPEA – INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. O crescimento insustentável dos gastos com previdência e pessoal. Brasília: Ipea, 2018 (Carta de conjuntura nº 38 – 1º trimestre de 2018). Acesso em 30.maio.2018. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/conjuntura/180215_CC38_gasto_previdencia.pdf>

JODELET, D. Representações sociais: um domínio em expansão. In: JODELET, D. (Org.). **As representações sociais**. Rio de Janeiro: Ed. UERJ, p. 17-41, 2001.

JOGAIB, M. L. M. L; MUNIZ, H. P. Aposentadoria e trabalho docente: momento de despedidas ou reencontros com o trabalho? **Cadernos de Psicologia Social do Trabalho**, v. 18, n. 1, p.47-59, 2015.

- KRAWULSKI, E. et al. Docência voluntária na aposentadoria: transição entre o trabalho e o não trabalho. **Psicologia: teoria e prática**, v. 19, n. 1, p. 55-66, 2017.
- LEANDRO-FRANÇA, C.; MURTA, S. G.; SEIDL, J. Programas de educação para aposentadoria: Como planejar, implementar e avaliar. Novo Hamburgo: Synopsis, 2014.
- LIBERATTI, V. M., MARTINS, J. T., ROBAZZI, M. L. C. C et al. Representações sociais da aposentadoria para enfermeiras docentes de uma universidade pública. *Revista de Enfermagem UFPE*, v.9, n.11, p.9699-705, nov., 2015.
- LIMA; T. A. P.; HELAL, D. H. Por quanto tempo continuará trabalhando? a decisão dos servidores das universidades federais pelo abono de permanência e os desafios na gestão de pessoas. In: XXI SEMEAd, 2018, São Paulo. **Anais... XVII Seminários em Administração**, 2018
- LIMA, T. A. P.; MELO, G. T.; ALBUQUERQUE, F. M. F. Significados do trabalho antes e depois da aposentadoria: uma história de vida. In: V EnGPR, 2015, Salvador. **Anais... V EnGPR**, 2015.
- LORETTO, W.; LAIN, D.; VICKERSTAFF, S. Rethinking retirement: changing realities for older workers and employee relations?, **Employee Relations**, v. 35, n.3, 2013.
- MACÊDO, L. S. S., BENDASSOLLI, P. F.; TORRES, T. L. Representações sociais da aposentadoria e intenção de continuar trabalhando. **Psicologia e Sociedade**, Belo Horizonte, v. 29, e145010, 2017.
- MARTINS-SILVA, P. O. et al. Teoria das representações sociais nos estudos organizacionais no Brasil: análise bibliométrica de 2001 a 2014. **Cadernos EBAPE.BR**, Rio de Janeiro, v. 14, n. 4, p. 891-919, dez. 2016.
- MARTINS, A. M.; CARVALHO, C. A. S.; ANTUNES-ROCHA, M. I. Pesquisa em representações sociais no Brasil: cartografia dos grupos registrados no CNPq. **Revista Psicologia: teoria e prática**, v. 16, n. 1, p. 104-114, 2014.
- MCVITTIE, C.; GOODALL, K. The Ever-Changing Meanings of Retirement. **American Psychologist**, v. 67, n.1, p. 75-77, 2012.
- MOSCOVICI, S. **Representações sociais**: investigações em psicologia social. 10. ed. Petrópolis-RJ: Editora Vozes, 2013.
- NATT, E. D. M. CARRIERI, A. P. A teoria das representações sociais e a análise de conteúdo: instrumentos que se complementam na pesquisa em administração. **Cadernos de Estudos Sociais**, v. 29, n. 2, julho/dezembro, 2014.
- NOONE, J. H., STEPHENS, C.; ALPASS, F. The process of retirement planning scale (PRePS): Development and validation. **Psychological Assessment**, v. 22, n.3, p.520-531, 2010.
- PAZZIM, T. A.; PUGA, D. S. C. S. **Preparação para a aposentadoria**: Conceitos e prática. Curitiba: CRV, 2016.
- RAFALSKI, J. C.; ANDRADE, A. L. Planejamento da aposentadoria: adaptação brasileira da PRePS e influência de estilos de tomada de decisão. **Revista Psicologia, Organização e Trabalho**, v. 16, n. 1, p. 36-45, 2016.
- ROLAND-LÉVY, C.; BERJOT, S. Social Representations of retirement in France: a descriptive study. **Applied Psychology**, v. 58, n.3, p.418-434, 2009.
- ROSA, A. “Nós e os índices” – um outro olhar sobre a pressão institucional por publicação. **Revista de Administração de Empresas**, v. 48, n. 4, p. 108-114, 2008.
- SARGENT, L. D. et al. Reinventing retirement: New pathways, new arrangements, new meanings. **Human Relations**, vol. 66, n.3, p.3-21, 2013.
- SETTERSTEN JR., R. A. Time, age, and the transition to retirement: New evidence on life-course flexibility. **International Journal of Aging and Human Development**, v.47, p. 177-203, 1998.
- SGUISSARDI, V.; SILVA JÚNIOR, J. R. **Trabalho intensificado nas federais**: pós-graduação e produtivismo acadêmico. São Paulo: Xamã, 2009.

SHULTZ, K. S.; WANG, M. Psychological perspectives on the changing nature of retirement, **American Psychologist**, v.66, n.3, p.170-179, 2011.

SILVA, M. G. S. Idosos aposentados: representações do cotidiano. **Estudos Interdisciplinares sobre o Envelhecimento**, v.1, p.91-104, 1999.

SILVA, J. et al. Envelhecimento da força de trabalho do governo federal: desafios para a educação superior pública. **Revista Gestão Universitária na América Latina**, v.5, n.2, p. 196-216, 2012.

SILVA; A. C. C.; HELAL, D. H. Compreendendo a aposentadoria: um estudo de caso em uma instituição pública do Estado de Pernambuco. **REGE - Revista de Gestão**, v. 24, p. 316–324, 2017.

SILVERSTEIN, M.; GIARRUSSO, R. Aging individuals, families, and societies: micro–meso–macro linkages in the life course. In: SETTERSTEIN JR., R.; ANGEL, J. (Eds.). **Handbook of Sociology of Aging**. Nova York: Springer, 2011.

SZINOVACZ, M. E. A multilevel perspective for retirement research. In: WANG, M. (Ed.). **The Oxford Handbook of Retirement**. New York: Oxford Library of Psychology, 2013.

SZINOVACZ, M. E. Contexts and pathways: Retirement as institution, process and experience. In: ADAMS, G. A.; BEEHR, T. A. (Eds.). **Retirement: Reasons, Processes, and Results**. New York: Springer Publishing Company, 2003.

TORRES, T. L. et al. Identidade e representações sociais da aposentadoria. **Anais... Anais da 43ª da Reunião Anual da Sociedade Brasileira de Psicologia**. Aracaju-SE, 23-26.out.2013.

TREIN, E.; RODRIGUES, J. O mal-estar na academia: produtivismo científico, o fetichismo do conhecimento mercador. **Revista Brasileira de Educação**, v. 16, n. 48, p. 769-819, 2010.

VAN SOLINGE, H. Adjustment to retirement. In Wang, M. (Ed.), **The Oxford handbook of retirement** (p. 311–324). New York, NY: Oxford University Press, 2012.

VAN SOLINGE, H.; HENKENS, K. Adjustment to and satisfaction with retirement: Two of a kind? **Psychology and Aging**, 23, p.422–434, 2008.

VELOZ, M. C. T.; NASCIMENTO-SCHULZE, C. M.; CAMARGO, B. V. Representações sociais do envelhecimento. **Psicologia: reflexão e crítica**, v. 12, n. 2, p. 479-501, 1999.

VINUTO, J. A amostragem em bola de neve na pesquisa qualitativa: um debate em aberto. **Temáticas**, v. 22, n. 44, p. 203-220, ago/dez. 2014.

WANG, M., HENKENS, K.; Van SOLINGE, H. Retirement adjustment: A review of theoretical and empirical advancements. **American Psychologist**, v.66, p.991–1009, 2011.

WANG, M.; SCHULTZ, K. Employee retirement: A review and recommendations for future investigation. **Journal of Management**, vol.36, p.172–206, 2010.

WEBER, P.; SCHAPER, M. Understanding the grey entrepreneur. **Journal of Enterprising Culture**, v.12, p. 147-164, 2004.

YEUNG, D. Y. Adjustment to retirement: Effects of resource change on physical and psychological well-being. **European Journal of Ageing**, v. 15, p. 301–309, 2018.